

GRUPO

3



Construção

Eleições Câmara dos Assalariados

2024 —
Voto por correspondência

elsoc.lu — ogbl.lu —   

Lista

2

OGB•L
— O SINDICATO

**Nunca
sozinho
perante a
injustiça
social!**



**Would you prefer
to read in English?**
Visit:



**Möchten Sie
lieber auf
Deutsch lesen?**
Besuchen Sie:



**Vous préférez
lire en français?**
Visitez:



ogbl.lu

Desta vez, todos poderemos votar.

Nora Back

Presidente da

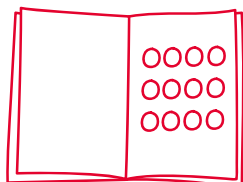
OGBL

Lista

2

OGB·L
— O SINDICATO

Todos os nossos candidatos



página PT 7

E os que podem votar, devem usar esse direito, porque a eleição para a Câmara dos Assalariados (Chambre des salariés) é a maior eleição democrática no Luxemburgo, com mais de 600.000 eleitores. Representa duas vezes mais eleitores do que para o nosso Parlamento. Nesta eleição, a “nossa” eleição, todos podem votar: trabalhadores/as, aprendizes, reformados/as, desempregados/as, qualquer que seja a sua nacionalidade, género, local de residência, ou origem. É um momento importante para exercer uma influência ativa. Todos os votos expressos resultam numa comunidade solidária, forte, que defende coletivamente os interesses da sociedade perante as entidades patronais e os decisores políticos.

A OGBL está empenhada a todos os níveis quanto à cogestão, nas empresas e a nível político, no dia-a-dia e no trabalho, para a igualdade dos direitos e o direito de voto para todos. Nas eleições para a Câmara dos Assalariados, todos temos a possibilidade de votar, e é absolutamente necessário agarrar esta oportunidade.

Unamos as nossas forças para concretizarmos verdadeiras mudanças!

Especialmente neste momento em que temos um governo liberal-conservador, cujos objetivos são os mesmos do que as organizações patronais, e de crises múltiplas que afetam os trabalhadores e respetivas famílias, é fundamental reforçar a OGBL.

Porque a OGBL é o único sindicato que tem a força e a coragem de enfrentar os ataques aos interesses dos/das trabalhadores/as e dos/das reformados/as.

Esperam-nos tempos difíceis. O programa da coligação tem uma linguagem clara: o capital será ainda mais reforçado, os grandes problemas da nossa época serão deixados nas mãos do livre mercado, o meio-ambiente não é uma prioridade, a crise da habitação continuará a grassar e em primeiro lugar e acima de tudo os/as trabalhadores/as terão de apertar o cinto.

Temos de nos defender, levantarmo-nos e erguermos a voz para defendermos as nossas conquistas, para protegermos e desenvolvermos o nosso direito ao trabalho, para garantirmos as nossas reformas, para melhorarmos a situação dos/as trabalhadores/as em geral e de suas respetivas famílias.

Chegou o momento da mudança e cabe-nos a nós fazer das eleições sociais uma demonstração de força pelos/as trabalhadores/as! Não se trata apenas de mais umas eleições – mas é o momento de colocarmos os nossos interesses no topo da agenda. Estas eleições são mais do que uma simples cruz num boletim de voto. Trata-se de solidariedade, unidade e de constituirmos, juntos, uma voz forte.



Programa da construção civil, artesanato da construção e construções metálicas

Saúde e segurança no trabalho

Nos setores da construção civil e do artesanato da construção, a saúde e a segurança dos trabalhadores são constantemente postas à prova. Por isso, é importante manter e reforçar a ação do sindicato no local de trabalho. A OGBL oferece uma formação de qualidade aos seus delegados do pessoal, para que possam defender melhor os seus colegas e forçar a aplicação de medidas rigorosas de saúde e segurança no trabalho nas suas empresas. O aumento do ritmo de trabalho, o stress e as tarefas árduas estão entre as principais causas da deterioração da saúde dos trabalhadores. A OGBL e os seus delegados trabalham em estreita colaboração com os trabalhadores para assegurar uma melhor proteção da sua saúde e da sua segurança e para responsabilizar os empregadores.

Tempo de trabalho e a sua flexibilização pretendida pelos patrões e pelo governo

Há anos que os empregadores reclamam a flexibilização total do tempo de trabalho. O objetivo desta nefasta reivindicação patronal é fazer com que os seus assalariados trabalhem ao sabor das necessidades da empresa. Aumenta-se o tempo de trabalho diário para além das 8 horas, sendo que as horas adicionais são recuperadas noutra altura. Desta forma, os patrões evitam ter de pagar horas extraordinárias. Este assunto sempre foi uma linha vermelha para a OGBL e continuará a sê-lo! O novo governo pretende também introduzir esta flexibilidade pela via legislativa, de modo a permitir que os empregadores decidam por si próprios a organização do tempo de trabalho nas suas empresas, o que é inaceitável para a OGBL. Ao contrário dos outros sindicatos, a OGBL foi sempre – e ainda é hoje – o único sindicato luxemburguês que sempre se bateu contra esta flexibilidade. Para além disso, o nosso sindicato luta pela DIMINUIÇÃO do tempo de trabalho, sem redução de salário. A OGBL continuará a ser o único garante da continuação do atual modelo de tempo de trabalho, em que cada hora extraordinária é paga e em que o patrão não tem a faca e o queijo na mão para decidir sozinho quantas horas o seu assalariado terá de trabalhar e quando e como essas horas serão pagas.

Trabalho por turno e ritmo de trabalho

Para a OGBL, os donos das obras – nomeadamente as autoridades públicas – devem rever a sua política de adjudicação. É inaceitável que o governo obrigue as empresas e, por conseguinte, os trabalhadores, a trabalharem por turnos ou de forma contínua, a fim de garantir que os projetos sejam concluídos cada vez mais rapidamente. Esta política do Estado tem apenas como resultado o aumento da pressão física e mental nos trabalhadores e, por conseguinte, o aumento dos riscos para a sua saúde e segurança. A OGBL recusa-se a permitir que o Estado ponha em perigo a saúde dos assalariados da construção para que os decisores políticos os utilizem para fins eleitorais. A OGBL continuará a agir com veemência contra esta atitude estatal, pois a saúde e a segurança dos nossos trabalhadores são mais importantes do que qualquer publicidade para os políticos.



Proteção do emprego

Por causa da situação económica tensa vivida por algumas empresas do setor da construção, a OGBL é o único sindicato que exige uma proteção do emprego adaptada a cada empresa. É importante ajudar as empresas em dificuldade a manter os seus postos de trabalho, evitando os despedimentos. É possível preservar o emprego de todos os trabalhadores do setor através da negociação de Planos de Salvaguarda dos Empregos (trad. nossa do francês "Plans de Maintien dans l'Emploi", ou PME) para as empresas em dificuldade, assegurando dessa forma, ao mesmo tempo, que as empresas em boa situação financeira e com lucros substanciais não recebam dinheiro público, que acabará por ir parar aos bolsos dos acionistas.

Melhores salários através de uma política de preços ofensiva

Desde sempre que a OGBL é a única garantia no Luxemburgo para o acesso a melhores condições de trabalho e a melhores salários, graças à nossa firmeza na negociação das convenções coletivas de trabalho do setor da construção civil e do artesanato da construção. Em conjunto com os seus delegados e filiados, a OGBL está constantemente empenhada em lutar por uma distribuição justa da riqueza criada pelo trabalho árduo de milhares de trabalhador(a)s do setor. Essa repartição deve ser reforçada. Só com a competência do sindicato OGBL e a força das nossas centenas de delegado(a)s do pessoal é que isso será possível. Por conseguinte, é importante votar nos candidatos da OGBL para reforçarmos o peso dos trabalhadores na sua relação de força com o patronato, quer a nível setorial, quer nas empresas.

Uma convenção coletiva para o setor do artesanato da construção

De há muitos anos para cá que o patronato do setor do artesanato da construção se tem dedicado a dismantlar as conquistas sociais dos trabalhadores de diversos ofícios. Isto só veio agravar a falta de mão-de-obra no setor. Tornou-se importante criar um novo equilíbrio de forças com maior pendor para os assalariados. A OGBL apela ao restabelecimento de um diálogo social permanente e sério em todo o setor do artesanato da construção! Para tal, é essencial criar-se uma rede mais densa e coordenada de delegados do pessoal da OGBL, que abranja todas as atividades do artesanato. Os trabalhadores deste setor (ex.: eletricitas, canalizadores, telhadores, marceneiros, ladrilhadores...) precisam absolutamente de ver os seus salários aumentados e as suas condições de trabalho melhoradas de forma clara e inequívoca. A única forma de o tornar mais atrativo, especialmente para os jovens, será através da reintrodução de convenções coletivas que abranjam todas as profissões do artesanato, para além da melhoria substancial dos contratos coletivos ainda em vigor. Para além disso, a OGBL reivindica a negociação de uma convenção coletiva única para o artesanato da construção, com o propósito de defender eficazmente os direitos de todos os trabalhadores de um setor em constante mudança.



Cada voto na OGBL é um voto:



OGBL
— O SINDICATO

- Pela proteção efetiva do emprego
- Por melhores salários para todo o setor da construção
- Por convenções coletivas de qualidade no artesanato da construção
- Pela defesa da indexação dos salários
- Pela proteção sem falhas da saúde e segurança no trabalho
- Por melhores condições de trabalho nos estaleiros de obras

**Os seus votos
são também
a sua VOZ:**

- Contra o ritmo de trabalho infernal
- Contra a flexibilidade do tempo de trabalho no setor da construção
- Contra os ataques ao sistema de pensões
- Contra qualquer agressão aos nossos direitos



— **ASSAL**
Brahim
VEOLIA



— **COLLIN**
Jean-Luc
SOCOM



— **CORNIERE**
Guy
LUX TP



— **CORREIA LOPES**
Joaquim
PERRARD



— **DA SILVA BONIFÁCIO**
Marco Paulo
CDCL



— **FERREIRA VENTURA**
Alfredo Jorge
WIESEN PIRONT



— **JOSTEN**
Markus
TK ELEVATOR



— **LICINA**
Almir
MULLER ET FILS



— **NUNES PINTO**
José
SOLUDEC



— **SANCHES**
Jorge
CLE



— **VALÉRIO HORTO**
Artur
TRALUX



— **VIREY**
Stéphanie
LUX TP



Câmara dos Assalariados

Como votar?

OGB·L
— O SINDICATO

Lista
2

**A documentação para a
eleição da Câmara dos
Assalariados é-lhe enviada
por correio postal**

1



**Preencha o seu
boletim de voto
utilizando um dos dois
métodos válidos**

2



**Prepare o envio do
seu boletim de voto**

3

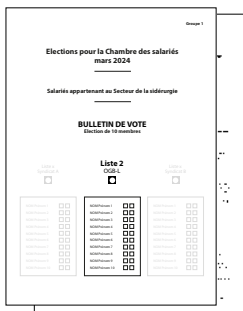


**Enviar o boletim de voto
até 8 de março de 2024**

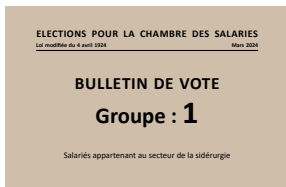
4



Exemplo Grupo 1



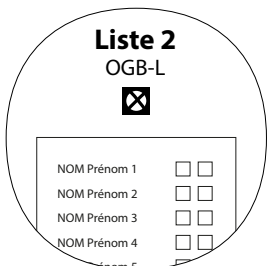
boletim de voto e instruções eleitorais



envelope neutro

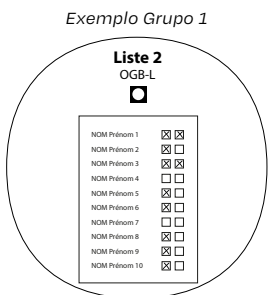


envelope para o reenvio



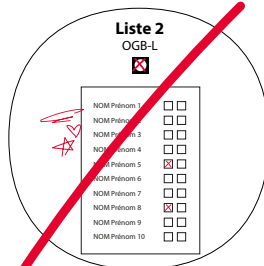
Vote OGBL, Lista 2

Para reforçar a OGBL e enviar um sinal forte ao Governo e ao patronato, **a forma mais segura e mais simples é marcar com uma cruz ou preencher o círculo por cima da Lista 2 - OGBL!**



Um outro método

consiste em atribuir os seus **12 votos** colocando uma cruz num ou em ambos os espaços atrás dos nomes dos candidatos da OGBL, Lista 2. Cada cruz vale um voto.

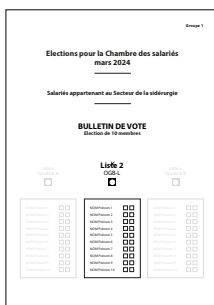


Não deve em caso algum

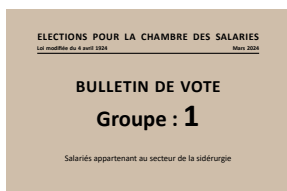
- preencher o círculo por cima da lista E dar também votos aos candidatos individualmente
- acrescentar qualquer outra marca no boletim de voto
- atribuir mais de 12 votos

Nesses três casos, o boletim de voto é considerado nulo!

Exemplo Grupo 1



boletim de voto

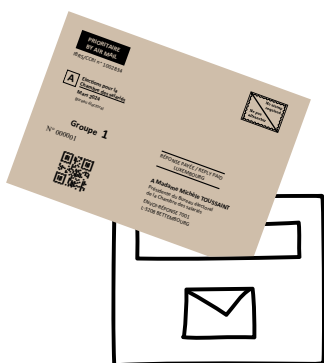


envelope neutro



envelope para o reenvio

Coloque o seu boletim de voto no pequeno envelope neutro. Em seguida, insira o envelope neutro no envelope para o reenvio e feche-o!



Deposite o envelope de reenvio numa caixa de correio da Poste Luxembourg (ou no estrangeiro numa caixa de correio para o efeito) **e envie com antecedência suficiente para que chegue ao presidente da mesa eleitoral o mais tardar até 12 de Março de 2024.**

O porte do envelope de reenvio está pago pelo destinatário. Ou seja, não coloque nenhum selo no envelope de reenvio, quer o envie do Luxemburgo ou do estrangeiro.



Ponto da situação desde 2019

Sem blá-blá-blá...

A OGBL defendeu a indexação

A OGBL é o **ÚNICO** sindicato que se recusou a subscrever o acordo da "Tripartida" de março de 2022, que previa o pagamento de uma única tranche indexada **a cada 12 meses**. Após ter-se oposto na rua à manipulação da indexação ("index"), a sua perseverança permitiu obter um novo acordo em setembro de 2022, restabelecendo o funcionamento normal da indexação automática dos salários e das pensões. Foram pagas **3 tranches indexadas** suplementares, o que significou a salvaguarda do poder de compra de **7,7%**.

Adaptação parcial da tabela de tributação

Desde a abolição do mecanismo de adaptação da tabela de impostos pelo ministro das Finanças de então, Luc Frieden em 2012, todos/as os/as trabalhadores/as e reformados/as sofreram um aumento galopante da respetiva carga fiscal devido à não indexação à inflação. Foi um aumento dos impostos, foi um roubo da indexação sobre o montante líquido! Em março de 2023, no âmbito de um novo acordo tripartido, a OGBL obteve finalmente uma adaptação (parcial) da tabela para limitar estas perdas sob forma de um **crédito de imposto** equivalente ao impacto fiscal de **2 tranches indexadas** em 2023 e de um **ajuste da tabela** tendo em conta **2,5 tranches indexadas** em 1 de janeiro de 2024 – aumentada posteriormente para **4 tranches indexadas** (relativamente a 8 devidas) pelo novo Governo.

Travar a inflação em vez de atacar a indexação

Enquanto os outros sindicatos concordaram num ajuste da indexação sem prever quaisquer medidas para travar a explosão dos preços, a OGBL obteve em setembro de 2022 um **plafonamento dos preços da energia**, que contribuiu para evitar uma explosão das despesas para os agregados familiares. Este limite máximo foi prolongado até 31 de dezembro de 2024. Isto permitiu travar significativamente a inflação.

Centenas de milhares de trabalhadores beneficiam das **melhorias nas condições de trabalho e de remuneração** negociadas pela OGBL. Desde 2019, a OGBL também obteve a introdução de **novos acordos coletivos** em 18 empresas, abrangendo mais de 1.600 trabalhadores/as que anteriormente não usufruíam dessa vantagem.

Em reação à reivindicação da OGBL de **aumentar estruturalmente o salário social mínimo** (SSM), o Governo decidiu no início de 2019 aumentar o salário mínimo em 0,9%. Por outro lado, apesar dos ataques constantes por parte do patronato, **o ajuste regular do salário social mínimo à evolução geral dos salários** não foi questionado nos últimos cinco anos, sendo o Salário Social Mínimo, assim ajustado a cada 2 anos, além da respetiva indexação.

A OGBL negociou **planos de manutenção do emprego** em muitos setores, mantendo milhares de postos de trabalho num contexto de crises sucessivas. Em várias empresas, a ação da OGBL permitiu **evitar despedimentos coletivos que já tinham sido anunciados** pelas entidades patronais, conseguindo a negociação de planos de manutenção do emprego em vez de planos sociais, o que permitiu **evitar ao máximo despedimentos sem indemnização**.

A OGBL negociou acordos importantes com as entidades patronais a nível nacional: por um lado, um acordo interprofissional para **regulamentar o teletrabalho** e, por outro, um acordo para um texto legislativo sobre o respeito pelo **direito à desconexão** dos/as trabalhadores/as fora do horário de trabalho, que presentemente deve ser implementado em todas as empresas do país. Assim, a OGBL contribuiu para adaptar as condições laborais no contexto da digitalização.

A OGBL reivindicou uma 6.^a semana de férias pagas na campanha de 2019. O Governo reagiu prevendo um aumento dos dias de férias legais para **26 dias/ano** e introduzindo um novo dia feriado, o **Dia da Europa, no dia 9 de maio**. Trata-se de uma resposta parcial às nossas reivindicações, mas a OGBL continuará o combate pela 6.^a semana de férias legais.

A OGBL negocia atualmente 232 convenções coletivas de trabalho

Um salário social mínimo mais elevado

Foram evitados milhares de despedimentos

Acordos sobre o teletrabalho e o direito à desconexão

1 dia de férias e 1 dia feriado adicionais



Abonos de família reindexados

Desde a respetiva desindexação em 2006, a OGBL não parou de reivindicar a **reindexação dos abonos de família**. Este objetivo foi finalmente conseguido **a 1 de outubro de 2021**. Desde então, os abonos foram adaptados 5 vezes à inflação, representando presentemente, **entre 418,32€ e 497,16€ por filho e por ano**. No entanto, a OGBL não esqueceu todas as perdas sofridas entre 2006 e 2021!

Pagamento imediato direto ao nível da Caixa Nacional de Saúde (CNS)

Desde setembro de 2023, foi lançado o projeto piloto do **pagamento imediato direto** (PID) ao nível da CNS. Com o PID, no futuro, os pacientes não terão necessidade de pagar os montantes que lhes costumam ser reembolsados pela CNS. O PID dá resposta à reivindicação de longa data da OGBL que exigia a introdução do sistema do **'tiers payant' generalizado**, ou seja, o paciente paga apenas a parte da fatura médica que lhe devia ser reembolsada pela CNS, isto para evitar que despesas médicas provoquem problemas financeiros significativos aos/às segurados/as. A OGBL vai insistir para que todos os intervenientes implementem esta ferramenta o mais rápido possível, permitindo que os/as segurados/as dela beneficiem diretamente junto dos prestadores o mais rapidamente possível.

Não aos ataques contra a nossa Segurança Social e o nosso regime de pensões

Apesar do questionamento constante da nossa Segurança Social e do nosso regime de pensões público e solidário por parte dos grupos de pressão das entidades patronais e de algumas instâncias internacionais, nos últimos cinco anos não foi efetuada qualquer reforma contrária aos interesses dos/as trabalhadores/as e dos/as reformados/as, sob o olhar atento da OGBL. Escusado será dizer que qualquer tentativa nesse sentido encontraria uma **oposição massiva** por parte da OGBL.

1.229 assuntos jurídicos

Entre 2019 e 2023, a OGBL apoiou os/as trabalhadores/as em 1.229 casos de assistência jurídica (direito do trabalho e direito social). A taxa de **sucesso foi de 90%**.

... apenas ações fortes!



1
2
3
4
5

OGB
Ser
de
d'H
d'En

Gouvernement
et patronat
Les salariés sont
fatigués de payer
les pots

TOUCHEZ
A NOTRE

PARTE APTOLAN
CONCEIT A
ST VALENT

Lista
2

OGB-L
— O SINDICATO



OGB♦L

— O SINDICATO

**Votar
na lista**

2

PT 14

Eleições sociais 2024 — ogbl.lu — elsoc.lu

OGB♦L

Nós somos o futuro!

A OGBL, o sindicato no Luxemburgo, tem reivindicações e ideias sobre todos os aspetos direta ou indiretamente ligados às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores/as, reformados/as e respetivas famílias. Estas reivindicações, a OGBL dirigiu-as nomeadamente aos partidos políticos, antes das últimas eleições legislativas, e continua a apoiá-las firmemente perante o novo Governo. Para uma sociedade mais justa!

Antes de mais, as reivindicações da OGBL têm como objetivo reduzir as desigualdades e melhor proteger os trabalhadores/as, os reformados/as e respetivas famílias, independentemente dos respetivos países de residência, origem ou género.

Face aos fortes ataques contra as nossas conquistas sociais e às novas políticas de austeridade que se anteveem no horizonte, mais do que nunca, chegou o momento de reforçar O sindicato no Luxemburgo, a OGBL!



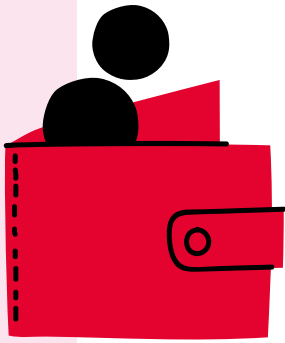


Não mexam na indexação!

Nada de manipulações, adiamentos, alterações ou limites: Não se mexe na indexação ("index")! Em 2022, a OGBL foi a única que defendeu a todo o custo a indexação automática dos salários, e continuará a fazê-lo. O instrumento mais importante para garantir o poder de compra dos trabalhadores/as, dos reformados/as e das respetivas famílias, pilar do modelo social do Luxemburgo, a indexação é o garante da paz social. E a OGBL não tolerará qualquer ataque à indexação!

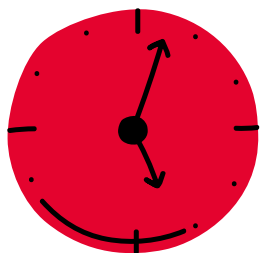


Boas condições de trabalho e bons salários para todos



A melhor garantia para boas condições de trabalho e contra as desigualdades continua a ser uma convenção coletiva de trabalho (CCT), negociada pelo sindicato. Se a OGBL implementou esforços notáveis para negociar novas CCT, ainda há muito trabalho a fazer para atingir o objetivo indicado pela União Europeia, isto é uma cobertura de negociação coletiva de 80%. Para facilitar a implementação de novas convenções, a OGBL reivindica, não só a introdução da obrigação para a entidade patronal, de negociar por setores, mas também, que a atribuição de contratos públicos ou de apoios estatais às empresas estejam condicionados à existência de uma CCT. Por outro lado, a OGBL exige o alargamento dos meios sindicais, autorizando nomeadamente pré-avisos de greve antes do fim dos processos de conciliação. Para além da legislação sobre as CCT, a OGBL reivindica um aumento estrutural do salário social mínimo.

O tempo de trabalho é tempo de vida



Também quanto à questão do tempo de trabalho, são numerosos os ataques por parte do patronato retomados no acordo de coligação do Governo. Enquanto muitos setores sofrem de falta de mão-de-obra, pelo que dizem os/as representantes das entidades patronais e seus aliados políticos, será necessária, uma flexibilização ainda maior. Mas não só a legislação atual oferece numerosas possibilidades através de acordos coletivos, mas uma flexibilização adicional acentuaria ainda mais o risco de esgotamento (“burn-out”) e de doença profissional. Assim, a OGBL opõe-se a qualquer flexibilização adicional, nomeadamente uma “anualização” do tempo de trabalho. Pelo contrário, a OGBL reivindica uma redução generalizada do tempo de trabalho sem perda de salário por via legal, a incorporar posteriormente nos acordos coletivos negociados pelo sindicato.

Por uma legislação laboral que proteja melhor o trabalhador

Perante as tentativas de desfazer ou de contornar a legislação laboral, a OGBL reivindica, pelo contrário, uma legislação laboral forte e protetora. É necessária uma proteção melhor contra o despedimento – individual ou coletivo. Deste modo, a OGBL exige que a negociação de um plano de manutenção no emprego (PME) se torne numa etapa prévia obrigatória anterior a qualquer possível plano social. Em caso de falência, também é necessária uma melhor proteção dos/as trabalhadores/as. Por outro lado, para enfrentar os desafios futuros do mundo do trabalho, a OGBL reivindica uma reforma da formação profissional, introduzindo nomeadamente, um verdadeiro direito à formação contínua para os/as trabalhadores/as. A OGBL exige também urgentemente uma legislação nacional quanto ao trabalho em plataforma (online), para impedir qualquer “uberização” do direito do trabalho!





Por mais justiça fiscal

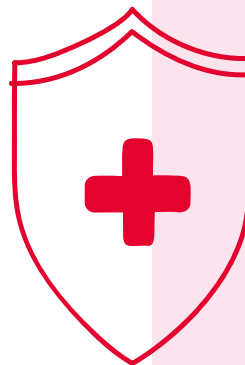
Uma sociedade mais justa passa por uma fiscalidade mais justa. Os impostos devem não só servir para uma redistribuição de cima para baixo, mas também para financiar um Estado forte, capaz de investir nas infraestruturas, em serviços públicos de qualidade, em prestações sociais de qualidade e num futuro com emissões de carbono mais baixas. Para tal, necessita de receitas fiscais suficientes. Contrariamente ao previsto no acordo de coligação do Governo, sem dúvida que é necessário aliviar fiscalmente os pequenos e médios rendimentos, impondo simultaneamente impostos mais elevados sobre os rendimentos elevados e muito elevados, assim como sobre os rendimentos do capital. De igual modo, a OGBL opõe-se a qualquer redução adicional da tributação das empresas. A OGBL reivindica também uma adaptação automática da tabela de impostos em função da inflação, a fim de pôr termo ao fenómeno da "progressão a frio".



Boas reformas para todos!

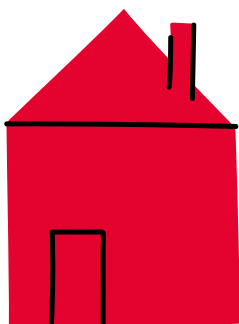
As entidades patronais e o Governo anunciam ataques contra o nosso sistema de reformas, recorrendo à ameaça de um "muro das reformas". Também aqui, é claro que a OGBL não aceitará qualquer deterioração adicional. A reforma das pensões de 2012, à qual a OGBL se opôs, custará pelo menos 314.000 euros a um/a trabalhador/a médio/a num período de 25 anos de reforma. Esta, também inclui dispositivos que preveem a redução, isto é, a abolição do subsídio de fim de ano dos/as reformados/as, assim como o ajuste periódico das reformas à evolução dos salários. A OGBL exige a eliminação de todas as medidas danosas introduzidas em 2012. Por outro lado, a OGBL reivindica um aumento estrutural da reforma mínima, para que esta permita uma vida digna!

Protejamos a nossa Segurança Social e o nosso sistema de saúde



A OGBL opõe-se a qualquer tentativa de continuar a privatizar as atividades do setor da saúde e dos cuidados ou do setor social. Ao apontar o dedo às disfunções que possam existir, está fora de questão abrir a porta a uma medicina a duas velocidades ou a deteriorações das prestações sociais. Deste modo, a OGBL insiste na manutenção das convenções obrigatórias das prestações de serviços médicos. A cirurgia ambulatória e análises IRM devem continuar a serem organizadas no enquadramento hospitalar respeitando sempre o acordo coletivo aplicável. A OGBL compromete-se também por uma extensão da cobertura dos cuidados por parte da CNS. Por outro lado, a OGBL reivindica um aumento estrutural das prestações familiares, tendo em conta as perdas resultantes da desindexação entre 2006 e 2021, e o fim das discriminações relativamente aos trabalhadores/as fronteiriços/as e respetivas famílias.

A habitação é um direito!



Existe uma situação de urgência quanto à habitação. O acesso à propriedade está a tornar-se cada vez mais difícil, especialmente para as camadas mais jovens, enquanto que os preços das rendas não param de aumentar – no Luxemburgo, mas também nas regiões fronteiriças. A OGBL reivindica um plafonamento efetivo das rendas, que tenha em conta a evolução do custo de vida, mas também uma verdadeira luta contra a especulação, nomeadamente através de um imposto predial progressivo, mas também através de impostos nacionais sobre as habitações devolutas e a retenção de terrenos. Em vez de prolongar as vantagens fiscais conforme prevê o programa do Governo, é necessário pôr fim a essas vantagens, que apenas alimentam a especulação e os lucros dos promotores imobiliários! A OGBL exige também um programa massivo de construção pública de habitações.

Não votes se...

**ter uma
melhor
proteção
do emprego***

não te interessa.

* A OGBL pede uma
legislação do trabalho
forte e protetora.

**Eleições
Câmara dos Assalariados
2024**

elsoc.lu — ogbl.lu —   

Lista

2

OGB•L
— O SINDICATO